

ESCOLA E ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: INCLUSÃO OU INDIFERENÇA?

MOREIRA, Michele Silva¹

SILVA, Valéria Aparecida da²

BRAIT, Lilian Ferreira Rodrigues³

RESUMO: O intuito de realizar este estudo provém do desenvolvimento da disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, o qual tem como objetivo preparar o acadêmico de licenciatura para o exercício de sua função pedagógica na escola. Por meio das observações conhecemos o dia-a-dia de duas escolas, a Escola Municipal Caminho da Luz e o Instituto São José, observando sua estrutura física, os níveis de ensino, a aplicação dos conteúdos de Educação Física, os principais rituais, a relação professor-aluno e as principais dificuldades durante as aulas, tanto do professor regente, como dos alunos. No período de observações das aulas de Educação Física, diagnosticamos uma situação problema, a qual aponta a forma como o aluno com necessidades educativas especiais é tratado na escola, e partindo dessa situação investigamos o tema em questão. O estudo aponta as experiências vivenciadas e compartilhadas durante nossas observações, indicando o desenvolvimento e resultado da pesquisa realizada nas duas instituições, que nos proporcionou a compreensão e conhecimento de como se dá o processo de ensino aprendizagem na rotina das aulas de Educação Física, e com isso adquirimos experiências como futuras profissionais da área da educação. Para a realização do estudo utilizamos como metodologia a pesquisa teórica, bibliográfica, empírica, exploratória e de campo, sendo a mesma caracterizada do tipo qualitativa descritiva, e utilizamos como instrumentos de coleta de dados, a observação e questionário. Nossos sujeitos foram os alunos com necessidades educativas especiais, professores, coordenadores, diretores e funcionários das duas escolas onde estagiamos. Este estudo buscou compreender como se dá o trato da escola com esses alunos especiais em ambas as escolas, verificando se há diferença ou se ambas os tratam com respeito e igualdade que merecem, visando dessa maneira verificar se a educação tem caminhado de forma igualitária para todos os alunos inseridos nas escolas. Sendo assim, pudemos concretizar nossa pesquisa a qual apresentamos neste artigo.

JUSTIFICATIVA

O interesse pela pesquisa surgiu durante as observações das aulas de Educação Física, na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I, quando percebemos que havia na escola alunos com necessidades educacionais especiais.

¹ Acadêmica do 7º período do curso de licenciatura em Educação Física – CAJ/UFG - michellachelly@hotmail.com

² Acadêmica do 7º período do curso de licenciatura em Educação Física – CAJ/UFG - vaparecidasilva54@yahoo.com.br

³ Docente do curso de Educação Física CAJ/UFG e orientadora do trabalho – lilianfrbrait@gmail.com

Certo dia ao chegarmos à instituição para mais um dia de observação, nos deparamos com um aluno especial vagando pelo pátio, banheiro e corredores da escola, quando na verdade, o mesmo, naquele momento deveria estar presente em aula, participando das atividades de Educação Física. Percebemos que os funcionários da escola, pareciam não se importar ao ver aquele aluno fora de sala, ninguém teve a iniciativa de conduzi-lo de volta para sala, muito menos a professora que era responsável por ele naquele momento.

Ao observarmos esta situação, despertou-nos uma inquietação que nos levou a refletir sobre a conduta dos professores e da comunidade escolar em relação ao trato para com estes alunos com necessidades educativas especiais, pois, este fato deixou claro que a escola não oferece um professor de apoio para auxiliar os demais professores, este que seria responsável por ajudar estes alunos a compreender melhor o conteúdo, evitando assim, que o mesmo seja excluído durante as aulas, facilitando para que os demais professores consigam passar os ensinamentos da disciplina.

A pesquisa foi realizada no Colégio Instituto São José e Escola Municipal Caminho da Luz, e teve como objetivo principal investigar como se dá o trato do aluno com necessidade educativa especial durante as aulas de Educação Física e no ambiente de ensino regular.

Até pouco tempo, as crianças eram chamadas de “deficientes” e eram atendidas em salas e escolas diferenciadas, isto quando as crianças especiais estudavam, sendo que na maioria dos casos estas crianças permaneciam reclusas aos seus lares, ou seja, eram separadas das crianças “normais”. Hoje já não se aceita mais esta realidade, a educação para crianças com necessidades educativas especiais, deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, amparada no artigo 58 da LDB. (BRASIL, 1996).

“São consideradas crianças especiais aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”.

Silveira Bueno (2004) diz que:

[...] sob o manto da excepcionalidade são incluídos indivíduos com características as mais variadas, cujo ponto fundamental é o desvio a norma, não a norma abstrata, que determina a essência da história da espécie humana, mas a norma construída pelos homens nas suas relações pessoais. (p.64)

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Fonseca (1995) afirma que,

O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos

estes muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos e poucos funcionais, que lhe dão um perfil intra-individual peculiar. Possui igualmente discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo em que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência e conformista e irresponsável. (p. 9)

Sendo assim, esta pesquisa visa investigar o trato e a inclusão dessas crianças no ambiente escolar, tendo como uma de suas metas observarem se as Leis que resguardam o direito da pessoa especial estão sendo aplicadas no cotidiano escolar, ou seja, se as instituições regulares inclusivas possuem estrutura física adaptada e professores de apoio capacitados para receber esses alunos com necessidades educacionais especiais. Observando também se os profissionais que trabalham na instituição respeitam as capacidades individuais de cada um de seus alunos, uma vez que é função da escola dar condições e proporcionar a seus alunos “normal ou especial”, um desenvolvimento global, cujas, oportunidades sejam as mesmas para ambas.

Segundo Mittler (2003),

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. (p.25)

Esta pesquisa é relevante para nós profissionais da educação, porque visa elucidar o cotidiano escolar e o trato dos alunos com necessidades educacionais especiais, por parte da escola, tendo como meta não só compreender, mas apreender a realidade que nos cerca, para que quando se faça necessário, possamos modifica-lá, com o intuito de contribuir para o bem estar de nossos alunos, garantindo seus direitos, deveres, porém respeitando seus sentimentos.

Não basta apenas incluir essas crianças especiais em salas de aula normais, é preciso planejar e rever esta realidade que a nosso ver é cruel e nos causa grande frustração enquanto futuros profissionais de Educação Física, porém acreditamos que nem tudo está perdido, muito ainda pode ser feito.

Esta pesquisa é importante, pois, podemos perceber a falta de planejamento das autoridades em relação á inclusão. É difícil ter bons resultados quando, a escola não possui estrutura física, materiais e professores adequados para atender os alunos especiais.

Para nós como estagiárias, podemos perceber que a Educação Física não é somente uma simples matéria, mas sim um conteúdo que tem como objetivo mostrar aos alunos como é bom se conhecer, se expressar, se divertir tanto em grupo quanto sozinho, uma vez que a

disciplina não visa apenas educar para a escola, mas para a vida, contribuindo para o exercício da cidadania, seja este aluno “normal” ou com necessidades especiais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Realizar uma análise sobre o trato da escola com os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), no âmbito escolar.

Objetivos Específicos

- ✓ Averiguar se a escola está ciente do tipo de problema que o aluno com necessidade educativa especial possui;
- ✓ Analisar a quantidade de alunos com NEE existente na escola, e quais são essas necessidades;
- ✓ Observar se a escola possui estrutura adequada para os alunos com NEE;
- ✓ Verificar a forma de inclusão desses alunos durante as aulas;
- ✓ Analisar a maneira como os alunos são tratados pelos professores, funcionários e outros alunos na escola;
- ✓ Verificar se a escola possui apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, baseado no artigo 58 da LDB.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização da pesquisa nas escolas foi pautada em um estudo empírico, com pesquisa teórica e de campo, buscando referências bibliográficas referentes ao estudo realizado.

Para realizar esta pesquisa, utilizamos a pesquisa exploratória e a pesquisa de campo, que de acordo com Cervo e Bervian (1996), o estudo exploratório configura-se como uma forma de familiarizar o pesquisador com a realidade e o objeto de estudo, a fim de lhe permitir obter uma nova percepção como também, fazer surgir novas idéias.

A pesquisa de campo consiste em observar os fatos, coletar dados referentes à pesquisa, para posteriormente analisá-los. De acordo com Andrade (1997), a pesquisa de campo utiliza técnicas específicas que têm o objetivo de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo.

Esta pesquisa foi de ordem qualitativo-descritiva, que de acordo com Triviños (1987), o pesquisador não pode esquecer-se de ter uma visão ampla e complexa do real social,

apesar de tudo ser o produto de uma visão subjetiva. “Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto”. (TRIVIÑOS, 1987, p.129).

Utilizamos também a pesquisa bibliográfica, para obter o máximo de conhecimento sobre o tema abordado. Para Cervo e Bervian (1996, p.48), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referenciais teórico publicado e documentos. “Pode ser realizada independentemente ou como parte da descritiva ou experimental”.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados, o questionário que de acordo com Lakatos, (2008, p. 203), “[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Nossos sujeitos foram diretores, coordenadores, professores e funcionários das duas instituições: Escola Municipal Caminho da Luz e Colégio Instituto São José, e os mesmos terão a identidade mantida em sigilo, embora tenha sido necessária suas identificações nos questionários.

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Segundo Mazzotta (2003), a educação inclusiva surgiu na Europa e Estados Unidos da América do Norte, e o resultado dessas experiências chega ao Brasil, despertando o interesse em alguns brasileiros em dar início a esses trabalhos aqui em nosso país no século XIX, organizando assim os primeiros serviços para atender as pessoas com diversas deficiências, porém essas iniciativas surgiram de forma particular e isolada.

Ainda segundo a autora acima, o interesse de alguns educadores pela inclusão vem ocorrer na política educacional brasileira, somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX, surgindo com isso os primeiros estabelecimentos para receber os alunos com necessidades educativas especiais.

Esta clientela alcançou o mundo inteiro, devido a isso foram criadas leis e decretos para resguardar os direitos dessas pessoas.

Segundo Aguiar (2004, p.15-16), também houve em “1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos que garantiu a educação para todos, sem distinção de origens e condição social.” Foi criada também a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, onde ocorreram garantias aos portadores de deficiências, a Carta Magna em seu artigo 208 em seu inciso III que prescreve que o atendimento especializado aos portadores de

deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, e que o artigo 3º, parágrafo IV, do título I, da Constituição, garante a todos os cidadãos brasileiros uma escola sem preconceitos, que não discrimine mediante nenhum pretexto. Também houve a promulgação da Lei 9.394/96 em seu artigo 58, que garante o direito do educando portador de necessidades especiais de frequentar a rede regular de ensino:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando e portadores de necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. A oferta de educação especial, dever do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 96, p.28).

Percebemos que as leis e decretos deixam claro que os alunos com necessidades especiais têm o direito de estudar no ensino regular, e hoje, muitas escolas já aceitam esses alunos, mas a maioria delas não possui estrutura física e pedagógica para recebê-los pois, observamos que durante nossa pesquisa, nas duas instituições, as mesmas não possuem rampas e banheiros apropriados, e nem mesmo o serviço de apoio como é citado na Lei 9.394/96 em seu artigo 58.

Observa-se que os direitos a essa clientela também é resguardado no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde em seu artigo 54 visa garantir educação a todas as crianças, e o mesmo diz: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1990, p.31).

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), a escola deve esforçar-se para produzir uma escola onde a desigualdade não exista, e o primeiro passo para garantir a inclusão na rede regular de ensino já foi dado, porém ainda há muito a se fazer para que haja uma educação de qualidade. Não basta apenas resguardar esse direito, mas se deve assegurar o mesmo, com iniciativas de denúncias, caso as instituições não possuam estrutura física adequada e currículo adaptado para receber esta clientela na rede regular de ensino.

As diferenças devem ser respeitadas, e as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser tratadas como cidadãs, onde os direitos e deveres são os mesmos para todos.

Segundo a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994a, p.17-18):

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotada, crianças que vivem, nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados.

Segundo Aguiar (2004), foi aprovado também o Decreto nº 3.956 em 8 de outubro de 2001, da Presidência da República, o qual condena a atitude e o tratamento desigual e discriminatório contra pessoas portadoras de deficiência.

Muito se fez para que esta clientela não fosse discriminada e segregada, e atualmente esses alunos estão inseridos na escola regular, inclusive nas universidades, houve um grande avanço, pois, durante muito tempo como já vimos anteriormente citado por Mazzotta, os alunos especiais em geral, eram encaminhados para as escolas especializadas, APAES e Pestalozzes para serem cuidados e alfabetizados, hoje conseguiram ocupar seu espaço na sociedade, embora ainda haja algumas barreiras.

Mas estas barreiras podem ser superadas desde que as Políticas Públicas não fiquem no “papel”, e comecem dar a importância necessária a esta modalidade de educação, pois muito se fala em inclusão, mas para que a mesma seja realmente implantada de forma digna em nossas escolas, ainda falta muito a fazer, para garantir uma educação de qualidade. Observa-se que há muitas escolas denominadas inclusivas, porém falta acessibilidade, materiais didáticos, banheiros adaptados, profissional especializado de apoio para auxiliar o professor, ou seja, está faltando muita coisa para que realmente se construa uma educação inclusiva de qualidade, é comum ter profissionais trabalhando com esta clientela, sem ter passado por especializações, e embora o profissional tente fazer o melhor de si, acaba por não conseguir atingir todos os objetivos educacionais.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Após analisarmos os questionários, encontramos duas categorias de análise que surgiram do discurso dos sujeitos, sendo as mesmas nomeadas da seguinte forma: o espaço físico e os recursos didáticos para o trato com alunos portadores de necessidades educacionais especiais; o trato dos alunos portadores de necessidades educacionais pelos professores, funcionários e alunos da escola. Sendo assim, passamos então a análise e discussão dos resultados

O espaço físico e os recursos didáticos para o trato com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Sendo a escola Municipal Caminho da Luz, uma escola inclusiva obtivemos respostas coerentes à realidade observada por nós na escola durante o estágio. Com relação ao número de alunos especiais recebidos pela escola, nos dois turnos são ao todo segundo a diretora e coordenadora dezessete alunos, classificados em D.A, D.M.L, TDAH, D.F, Dislexia, Síndrome de Marfan e Autismo.

Segundo Fonseca (1995. p.26), “A idéia fundamental da definição e da classificação em Educação Especial deve ter em consideração que se classificam comportamentos e não crianças”.

De acordo com as respostas da diretora e coordenadora, a escola não se encontra totalmente adaptada para receberem os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, e ambas afirmam que ainda precisam ser feitas algumas adequações físicas no prédio, elas relatam que faltam rampas, mas afirma que os banheiros já foram adequados.

Com relação aos materiais e recursos didáticos direcionados ao trabalho com os alunos especiais, a rede municipal disponibiliza de salas multifuncionais em algumas escolas e nossas crianças realizam atividades específicas no contra turno.

Segundo Mittler (2003, p.27), “O diretor da escola, o governo e os coordenadores de educação especial são, cada um o seu modo, responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pela escola”.

Percebemos assim, que mesmo não tendo a estrutura necessária para a educação dessas crianças, a diretora e a coordenadora demonstram consciência do papel que elas possuem para o bom desempenho desses alunos.

Questionamos se a escola regular inclusiva era a ideal para receber os alunos especiais, elas nos relatam que não, pois, possuem uma gama enorme de alunos com dificuldade, e que não são considerados inclusivos, porém afirma que estão engatinhando no que se refere á inclusão, mas nos confidenciam que erram tentando acertar, e que o carinho e o respeito é o que sobressai na sua prática, e acreditam que no futuro a escola regular inclusiva seria a ideal.

Acreditamos que alguns casos ainda precisam de escola especial, sendo assim é possível concluir que nem mesmo a gestão da escola se encontra segura para lidar com as diversidades individuais.

Segundo Mazzotta (2005, p.186-187), “Procurando implantar atendimento educacional aos portadores de deficiência, os Municípios, de modo geral, têm tido dificuldades, ressentindo-se da falta de orientações científicas e legalmente fundamentadas”, Ainda de acordo com o autor citado, outros pontos importantes são apresentados para facilitar a educação do aluno especial tais como: “serviços de auxílio especiais de educação para portadores de deficiências que deles necessitam na educação escolar; cuidar para que a infraestrutura física dos prédios escolares não apresente barreiras ao portador de deficiência”, entre outros.

Abordamos questões sobre o planejamento, adaptações curriculares e inovações nos métodos de ensino para atender os alunos especiais, em respostas, tanto a diretora como a coordenado da Escola Municipal Caminho da Luz, responderam que para que uma criança especial permaneça na escola de forma produtiva são necessárias adequações curriculares, estas sendo ou não propostas pela poder público.

Procuramos saber se os pais estão seguros de que a escola regular está apta para receberem seus filhos, em resposta á diretora diz que não, já a coordenadora afirma que os pais não aceitam as dificuldades de seus filhos, demoram a se conscientizarem e por causa disso a criança perde muito, sem dúvida os pais ainda não estão totalmente seguros de que a escola regular é o melhor ambiente para educar suas crianças, pois como já vimos anteriormente à escola não se encontra adaptada para receberem estes alunos, e os profissionais também não, sendo assim, os pais não conseguem ficar despreocupados conhecendo as limitações de seus filhos, principalmente pelo fato que Fonseca (1995, p.56), nos expõe: “[...] os pais conhecem profundamente as necessidades de seus filhos, mesmo sem terem formação técnico-pedagógico”.

Em virtude dos fatos expostos, tivemos a curiosidade de saber das gestoras em relação a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), suas opiniões a cerca dos temas e quais são os pontos positivos e negativos das leis que resguardam os direitos da inclusão. A diretora disse: “o ponto positivo é a integração, o negativo é a falta de estrutura física”, já a coordenadora aponta como “ponto positivo a garantia de educação e vida social, evitando a segregação, o negativo é que muitas dessas crianças permanecem estigmatizadas e excluídas na própria inclusão pela falta de preparo e consciência dos educadores”. É possível perceber nas respostas que as profissionais da gestão têm consciência do problema e da realidade da inclusão na rede regular de ensino, e não ocultam as dificuldades de realizar um bom trabalho na rede pública.

Para Fonseca (1995, p. 65),

A lei terá de ser clara quanto á criação da igualdade de oportunidade quer no âmbito familiar, quer escolar, laboral e social. Os programas das escolas públicas terão de aceitar a heterogeneidade das crianças. Há de criar novos currículos, novas atitudes, novas facilidades, novos equipamentos, novos materiais didáticos, novas redes de transportes, etc.

Por fim consideramos relevante saber da gestão, qual a função da escola com relação aos alunos com necessidades especiais, e na visão da coordenadora pedagógica a resposta foi, que “a função da escola é acolher e promove-los, intelectual e socialmente”, na da diretora a “função da escola é a de socializar e de dar condições de boa convivência”.

Segundo Brasil (1994a, p. 61),

O principio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder ás diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações educacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Assim, fica claro que a realidade ainda está longe de alcançar o mínimo necessário para que se tenha uma educação de qualidade nas escolas inclusivas que recebem os alunos com necessidade educativa especiais. Percebemos que na Escola Municipal Caminho da Luz, esta constatação está bem clara nas respostas obtidas pela diretora e coordenadora, já no Colégio Instituto São José não foi possível analisar sua realidade uma vez que as pessoas não responderam ao questionário.

O trato dos alunos portadores de necessidades educacionais pelos professores, funcionários e alunos da escola

A partir das respostas encontradas em nossos questionários, e também pelas observações, vimos como se dá o trato das crianças especiais na visão das professoras de sala de aula, professoras de Educação Física, e funcionários.

Com relação ao trato dos alunos especiais durante as aulas em sala ou práticas, segundo as professoras de sala, é necessário muita calma, amor e principalmente paciência para lidar com os alunos especiais, e que são tratados como os outros alunos “normais”, salvo o momento que necessitam de cuidados especiais. Já as professoras de Educação Física (EF), das duas escolas, disseram que esses alunos participam das aulas práticas da forma que conseguem e são sempre valorizadas, afirmam que os alunos especiais são tratados da mesma

forma que os outros. A funcionária da Escola Municipal Caminho da Luz, relata que trata os alunos com igualdade, amor, dedicação. Encontramos respostas coerentes com relação ao trato dos alunos especiais por parte da comunidade escolar (professores, funcionários e alunos), segundo a professora de sala, os alunos são tratados com carinho e respeitados por todos, mas outra responde que “esses alunos ainda são muito discriminados por parte dos colegas de profissão”, já as professoras de Educação Física dizem que os alunos especiais são tratados com respeito, e seus direitos e deveres são observados a partir de suas particularidades de forma igualitária aos outros alunos; a funcionária relata que eles são tratados com amor, carinho e respeito.

De acordo com as respostas, fica claro que os alunos especiais são bem tratados pela comunidade escolar em geral, na visão desses profissionais que atuam no cotidiano da instituição, no entanto o que nos intrigou foi o relato da segunda professora que diz que os alunos ainda são discriminados por colegas de profissão, fica exposto aqui nesta fala que realmente tem profissionais que não estão preparados para trabalhar com esta clientela.

Segundo Fonseca (1995, p.201),

Não se devem educar os deficientes adotando políticas “longe da vista, longe do coração”. O futuro da integração, como filosofia educacional, preconiza, em nosso entender, a ação contrária, isto é, “perto da vista e perto do coração.

Percebemos que ainda há discriminação na escola, devido a isso procuramos saber dos profissionais que atuam próximo a esses alunos se presenciaram discriminações e preconceitos no cotidiano escolar para com os alunos especiais, as professoras de sala nos relataram que já presenciaram sim, por exemplo, quando um colega chega e diz “não suporto esse menino”, já a professora de Educação Física, afirma que a aceitação do “diferente” nem sempre é positiva, e que a escola envolve muitas pessoas, mas ela nunca presenciou nenhuma discriminação. A funcionária relatou que a discriminação existe, mas é por parte dos coleguinhas, por parte dos funcionários não. Observando as respostas afirmamos que sem dúvida o preconceito ainda está presente em algumas pessoas, porém quando se trata de crianças a gente ainda procura entender e corrigir, mas quando essa ação parte de um adulto é lamentável.

Para Mittler (2003, p.24),

Uma coisa é clara: as escolas e o sistema educacional não funcionam de modo isolado. O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

funcionam. Os valores, as crenças e as prioridades da sociedade permanecerão na vida e no trabalho nas escolas e não pararão em seus portões.

Em meio a tantas dúvidas e curiosidades de conhecer como se dá o processo ensino aprendizagem, surgiu o interesse em saber quais são as recomendações e orientações do trato para com os alunos especiais no cotidiano escolar por parte da gestão, então, as professoras responderam que são orientadas a estipular regras, pôr limites, estipular tempo para execução de certas vontades (ex: ir ao banheiro), as professoras de Educação Física, relatam que são orientadas a sempre a acolher os alunos com amor, respeitando seus direitos e deveres, tratando todos com igualdade, a funcionaria responde que ainda não tem treinamento específico para o trato com alunos especiais. Dessa forma acreditamos que de certa forma os profissionais estão cientes da melhor maneira de tratar estes alunos e que apesar de não terem um treinamento e orientações específicas voltada para a educação inclusiva desempenham seus papéis com sucesso.

Para Mittler (2003, p. 25), “O objetivo é auxiliar a criança a se encaixar no sistema educacional e beneficiá-la com o que a escola possa oferecer-lhe”.

Perguntamos aos sujeitos se a escola regular inclusiva seria a escola ideal para receber os alunos especiais, as professoras de sala disseram que, não, e justificaram em seguida, relatando a falta de apoio nas salas, que possuem mais de um aluno especial, e as escolas não possuem adequações na estrutura física para recebê-los, mas acreditam que ainda estão em um processo; já as professoras de Educação Física disseram que, em alguns casos a escola especial é a mais adequada, devido a falta de estrutura e preparação profissional adequada, a funcionaria relata que também não é a ideal devido a falta de estrutura física e pedagógica, porém a escola tenta se adequar com a realidade. Concordamos com estas questões da falta de estrutura física, de profissionais de apoios e cursos de capacitação profissional, talvez estas crianças estivessem melhor assistidas em uma escola especial, cujos planejamentos e adequações fossem voltados às suas necessidades individuais.

Segundo as observações durante os estágios percebemos algumas falhas, devido a isso gostaríamos de saber dos profissionais se os alunos especiais têm as mesmas oportunidades de educação, e as professoras de sala disseram que nem sempre eles acompanham o ritmo da turma, e em muitos casos, estes alunos necessitam de acompanhamento especial, já as professoras de Educação Física, disseram que não, por falta de preparação dos profissionais, já a funcionária relata que os alunos especiais têm mais oportunidades, pois são mais privilegiados em sala de aula. De acordo com as respostas de nossos sujeitos às oportunidades educacionais são as mesmas, mas, devido as limitações dos

alunos acaba por não acompanharem o ritmo dos outros, falta também novas metodologias que auxiliem o profissional a trabalhar com esta clientela, ou seja falta capacitação profissional.

Para Mittler (2003, p.25), “[...], a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo [...]”.

Estando em contato com a escola durante um ano de estágio podemos perceber e identificar alguns pontos positivos e outros negativos, com relação à educação inclusiva, devido a isso sentimos a necessidade de saber dos profissionais quais são seus apontamentos (positivos e negativos), com relação à educação inclusiva: a professora de sala cita que o “positivo é que eles tem a oportunidade de aprender a serem normais, o negativo é que a escola ainda não está preparada para isso e os professores também não”; a outra disse que os “pontos positivos são a relação que irão ter com outros alunos, a convivência, o negativo é a falta de preparo da escola e do professor para recebê-los”, já a professora de Educação Física, afirma que o “ponto positivo é a vida social e educação, o negativo, alguns acabam ficando estigmatizados dentro da própria inclusão por falta do despreparo dos educadores e por falta da aceitação da família em buscar um trabalho mais específico”, a outra professora de Educação Física, do Colégio ISJ, disse que “tem apenas pontos positivos, mas as instituições deveriam oferecer mais cursos para trabalhar diretamente com este público”, já a funcionaria relata que “os positivos é o direito de ser socializado com outras crianças normais, e o negativo é que a lei não é cumprida a risca”. Nesse sentido a educação inclusiva realmente possui pontos positivos e negativos, mas é de grande relevância que os profissionais que atuam diretamente com esta realidade estejam cientes dos problemas e não fechem seus olhos aos pontos negativos, que tentem diariamente fazer a sua parte dentro das condições que lhes são impostas, ou seja, continuem a realizar seu trabalho com qualidade, apesar do poder público não lhes dar o apoio, capacitação profissional e estrutura que necessitam para realizar uma educação inclusiva de qualidade na rede pública.

Segundo Fonseca (1995, p.207),

A Educação Especial deverá dar lugar a integração através de um processo de inclusão progressiva, motivo suficiente que exige a realização de esforços maciços e intensivos com os professores do ensino regular. Primeiro na sua formação, depois fornecendo-lhe apoios materiais e logísticos, meios de avaliação das crianças e dos objetivos pedagógicos específicos, meios para avaliar as deficiências dos programas, etc. Para que a integração se edifique é necessário unir professores no ensino regular com novas aquisições e novas competências.

Todos os nossos sujeitos trabalham na escola regular inclusiva e como já vimos anteriormente passaram por diversas experiências em seu cotidiano, sendo assim como parte da comunidade escolar pedimos para que todos avaliassem seu trabalho com relação ao trato e a inclusão escolar, os profissionais afirmam que tenta fazer um bom trabalho, e que estão aprendendo a cada ano com seus alunos. Percebemos nas respostas que todos os profissionais da área da educação inclusiva procuram fazer a sua parte, embora nem sempre esta ação seja suficiente.

Segundo Mittler (2003, p.139),

O processo de exclusão educacional começa quando as crianças não entendem o que um professor está dizendo ou o que se espera que elas façam. Ao saberem disso, os professores estão constantemente alertas para assegurar que situações como estas não aconteçam e para entrar em ação a fim de restabelecer a comunicação que parece ter sido rompida por qualquer razão.

Sabemos que a escola tem como uma de suas funções a preparação do educando para o exercício da cidadania, sendo assim, questionamos nossos sujeitos sobre qual a função da escola em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais: as professora disseram que “a função da escola é ajudá-los incondicionalmente”, a outra afirma que “a função da escola é a de recebê-los com amor, carinho e de preparar um ambiente adequado para o seu aprendizado”, já as professoras de Educação Física, relatam que “a função da escola é acolhê-los, promovê-los, intelectual e socialmente”, a outra educadora, afirma que a “função da escola é o de dar o direito e fazer com que desenvolvam suas habilidades de acordo com suas limitações”, a funcionaria relata que “a função da escola é tratar os alunos especiais com igualdade e socializar”. Enfim todas as respostas estão coerentes ao que se refere à função da escola, mas é tarefa da escola também formar o cidadão crítico, consciente de seus direitos e deveres para atuar em sociedade.

De acordo com Fonseca (1995, p.202),

A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, á variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar no sentido inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando “aqueles que não aprendem com os outros”, sob pena de negar a si própria. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a adaptar-se ás exigências escolares, mas sim o contrario.

Portanto, podemos concluir segundo o relato de nossos sujeitos da escola Municipal Caminho da Luz, que o trato dos alunos com necessidades educacionais especiais, está de acordo com o que é de direito deles, porém ficou claro também que os profissionais tem

algumas dificuldades em trabalhar com esta clientela, devido a falta de “apoio especializado, capacitação profissional e adaptações na estrutura da escola”, e esses elementos são fundamentais para proporcionar uma educação inclusiva de qualidade na rede pública, mas fica claro que a falta desses elementos não os impede de que cada um de acordo com sua função realize seu trabalho da melhor maneira possível, visando sempre proporcionar aos alunos especiais uma educação plena. Já em relação ao Colégio Instituto São José, só obtivemos a resposta do questionário pela professora de Educação Física, demais professores, funcionários e até a diretora, não devolveram os questionários. No entanto, foi neste colégio que surgiu nossa preocupação com esta temática ao nos depararmos várias vezes com alunos com NEE vagando pela escola, sem ter alguém para orientá-los a voltar a sala de aula, inclusive as próprias professoras de sala de aula, que nem sentia a ausência desses alunos em suas aulas. Já por essa observação, é possível ter certa noção de como é o preparo desses profissionais para lidar com os alunos com NEE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião. *Educação Inclusiva: Jogos para o ensino de conceitos*. Campinas SP. Papirus, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução a Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília: Corde, 1994a.

BRASIL. *Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB)*.

BRASIL. *Decreto-lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Estatuto da Criança e do Adolescente)*.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP. – Brasília: a Secretaria, 1994*.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Alcino Pedro. *Metodologia Científica*. São Paulo: Mark ron Books, 1996.

FONSECA, Vítor da. *Educação especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução as idéias de Fuerstein/ Vítor da Fonseca*. 2. ed. rev.aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Maria de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6º ed.- São Paulo: Atlas 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas* / Marcos José Silveira Mazzotta – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*/ Marcos José Silveira Mazzotta – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*/ Peter Mittler; tradução Windyz Brandão Pereira. - Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVEIRA BUENO, José Geraldo. *Educação especial brasileira: integração do aluno deficiente*/ José Geraldo Silveira Bueno. - 2. ed. rev.- São Paulo: EDUC, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução á pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas, 1987.